

SCHNEIDER, David M. Parentesco americano: uma exposição cultural. Petrópolis: Vozes, 2016, 152p.

ALINE LOPES ROCHEDO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,
Rio Grande do Sul, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v26i1p421-426

Dos anos 1960 ao início deste século XXI, temas relevantes para a Antropologia se atualizaram, ênfases variaram, produções científicas se depararam com novas demandas. Ao longo das transformações, o livro *Parentesco americano: uma exposição cultural*, publicado pela primeira vez em 1968, permanece fundamental para estudos de parentesco e de outras áreas, como gênero, feminismo e sexualidade. Não é por acaso, aliás, que seu autor, o antropólogo norte-americano David M. Schneider (1918-1995), consta como uma das principais referências intelectuais para Marilyn Strathern e Janet Carsten, por exemplo, e inspira debates acalorados em torno do chamado “novo parentesco” (MACHADO, 2013).

Com título original de *American kinship: a cultural account*, a obra oferece críticas à teoria de parentesco dominante até aquela década, na qual reprodução biológica, aliança e descendência eram elementos centrais. O livro ganhou nova versão em 1980, esta acrescida de posfácio com análises e (re)considerações do próprio autor, com revisão de seus resultados e procedimentos e afirmando, por exemplo, que parentesco seria “um artefato de uma teoria ruim” (SCHNEIDER, 2016, p. 130). Enfim, foi a partir desta publicação atualizada que a editora Vozes produziu a tradução para o português, proporcionando a leitores do mundo lusófono a possibilidade de percorrer com desenvoltura pelo menos este trabalho de Schneider, um autor clássico que, segundo o professor Igor José de Renó Machado (2013, p. 9), “é mais citado, mencionado, do que lido de fato” no Brasil.

O livro começa com um prefácio no qual Schneider sublinha sua condição de “nativo” – afinal, a pesquisa busca a “natureza do parentesco” em seu país de origem –, e ele expõe ligeiramente o que entende por sistema de parentesco americano. Em poucas linhas, o antropólogo situa o leitor no seu universo, esclarecendo que a investigação se iniciou na década de 1950 com coleta de material genealógico e sobre terminologia junto a estudantes e professores da Universidade de Harvard e em sua própria experiência. Acrescenta, na sequência, dados colhidos em Chicago entre 1961 e 1963 e analisados em 1965

e revela ter havido a intenção de elaborar material comparativo entre parentesco nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, pois atuou junto ao Raymond Firth, na London School of Economics, em 1958 e 1959, mas que o trabalho apresentado no livro em questão diz respeito somente ao parentesco americano, como indicado no título.

Em seguida, Schneider apresenta a “Introdução”, quatro capítulos divididos em duas partes, “Conclusão” e o posfácio escrito “doze anos depois”. É um livro compacto, porém preenchido com a densidade e a consistência do pensamento de Schneider. Para alguns, pode parecer repetitivo, pois o autor retoma de tempos em tempos os argumentos, mas se trata de uma leitura agradável, pontuada por exemplos de campo que, às vezes, requerem conhecimento da terminologia anglo-saxônica e seus *modificadores* (*first, second, in-law, step, foster* etc.), recursos que não foram integralmente traduzidos em função de especificidades linguísticas do parentesco norte-americano.

O autor abre o capítulo introdutório expondo que concebe o “parentesco americano como um sistema cultural” (SCHNEIDER, 2016, p. 13), ou seja, como um sistema de símbolos, e que não há relação intrínseca entre o símbolo e o que este simboliza. Para Schneider, uma cultura consiste num sistema de unidades definidas e discretas conforme critérios específicos, delineando o modo pelo qual as coisas fazem sentido quando arranjadas umas em relação às outras, indicando o que se deve ser e fazer. No processo, linguagem aparece como essencial da cultura, entretanto, “a cultura não é completa nem exclusiva nem inteiramente linguagem” (SCHNEIDER, 2016, p. 15). Nem todas as unidades culturais, aliás, são nomináveis, diz o autor. E há palavras que atendem a diferentes unidades. O que interessa para Schneider são a definição e a diferenciação das unidades culturais. Sua investigação busca identificar “qual dos muitos significados se aplica quando, e qual dos muitos significados não se aplica ou não são relevantes sob quais circunstâncias; e, finalmente, como os significados diferentes da palavra se relacionam entre si” (SCHNEIDER, 2016, p. 16).

Como exposto na primeira nota de rodapé, Schneider tem entre suas principais referências Talcott Parsons, Clyde Kluckhohn e Alfred Kroeber, além de Clifford Geertz, Claude Lévi-Strauss e Ruth Benedict. Não significa que os siga à risca, apenas que argumenta em diálogo com as obras desses teóricos. Por exemplo, o autor critica Benedict em relação à ideia de cultura se traduzindo em padrões de comportamento observáveis. Conforme Schneider, padrão de cultura não é a cultura, na medida em que existem comportamentos dissonantes de crenças culturais, e essa separação entre padrões de comportamento e unidade cultural é central no trabalho de Schneider: “Este livro trata das definições das unidades das regras, a cultura do parentesco americano; ele não trata dos padrões de comportamento formulados por observações sistemáticas de cada uma das suas ocorrências reais.” (2016, p. 18). De acordo com ele, cren-

ças persistem – ainda que se transformem – mesmo que os comportamentos observáveis destoem. O objetivo específico, afirma Schneider, é “descrever o sistema de símbolos e significados do parentesco americano” (2016, p. 20), na medida em que, complementa o autor, o parentesco americano é concebido a partir de tais símbolos.

A primeira parte do livro, “As características distintivas que definem a pessoa como um parente”, divide-se em dois capítulos: “Parentes” e “A família”. Parente, para o parentesco americano, é alguém que se relaciona por sangue ou casamento a outrem. No caso de parente por casamento, a relação é por *afinidade*, ou *in-law*, pela ordem da lei. Mas é possível que, nessa cultura americana, um parente seja pensado em um sentido não tão amplo, ou seja, restrito ao de sangue. Schneider demonstra, então, um conjunto de termos básicos (pai, mãe, irmão, irmã...) e derivados (primo de segundo grau, por exemplo) de parentesco que, complementados por modificadores (*ex*, *half*, *grand*), marcam possibilidades, ainda que critérios de sangue e casamento permaneçam centrais. Por meio de modificadores, percebemos distâncias físicas, consanguíneas e socioemocionais e inclusão e exclusão da pessoa como parente obedecendo a critérios qualitativos.

Portanto, por meio da relação de sangue, na concepção americana, parentes que compartilham material biogenético são “aparentados” (SCHNEIDER, 2016, p. 37). Trata-se de uma relação de identidade. Há uma potente crença na constituição pela substância que não pode ser modificada nem eliminada porque é da ordem da natureza. Já o parente por casamento é um parente pela ordem da lei, esta estruturada por meio de regras, costumes, tradições e regulamentos. Mas Schneider não se esquece dos amigos e evoca inclusive animais domésticos, como cachorros, para o conjunto dos parentes não consanguíneos, pois percebe comportamentos que envolvem lealdade, amor e solidariedade.

A noção de família, que conduz as reflexões do terceiro capítulo, aparece como uma unidade cultural definida pelo ato sexual no parentesco americano. Aliás, esta é a unidade que indica o modo como o parentesco deve ser composto e conduzido nesta cultura, na qual os integrantes da família se diferenciam em termos da relação sexual e do tipo de ligação que mantêm entre si. Conforme Schneider, existe tanto o simbolismo do sexo quanto o do amor, sendo que o primeiro se basearia nos fatos da natureza, e o segundo, nos da cultura, no do relacionamento entre as pessoas.

No contexto americano dos anos 1960, percebemos que família era uma unidade cultural composta por marido, esposa e um filho ou filha, ou filhos, e eles habitariam a mesma casa. Sem isso, era uma família incompleta, desfeita. Entre as premissas culturais americanas, seria da natureza da mulher cuidar dos filhos, assim como a autoridade do pai. Marido e mulher, nesse arranjo, são parentes relacionados na lei, e seus filhos, pelo laço permanente do sangue, ou seja, derivado da relação sexual, um ato pelo qual se expressa o amor con-

jugal na cultura americana. Mas haveria outra categoria de amor, o cognático, diferente do erótico. Assim, a figura da relação sexual abarca símbolos centrais do parentesco americano.

Ainda neste mesmo capítulo, Schneider fala sobre o amor como palavra que caracteriza a união espiritual entre marido e esposa, uma união capaz de gerar outra pessoa. Segundo a cultura americana, o amor poderia ser pensado a partir da ideia de “solidariedade difusa duradoura” (SCHNEIDER, 2016, p. 61-62), sentimento que caracteriza o parentesco, mas ao qual também se estende a amizades, de acordo com a *performance*. Não importam as diferenças entre os membros da família, todos se ligariam pelo amor.

Na segunda parte, “O parente como uma pessoa”, encontram-se os capítulos 4 e 5, ou “Um parente é uma pessoa” e “Parentes por afinidade e termos de parentesco”, respectivamente. O primeiro começa com a afirmação de que a decisão de quem é ou não parente é feita *por e sobre* uma pessoa (SCHNEIDER, 2016, p. 69), sendo pessoa uma das unidades da cultura americana. Da mesma maneira como uma pessoa não é necessariamente um parente, consanguíneo ou não, o que faz de um parente uma pessoa depende de elementos conceituais e simbólicos que operam em vários domínios. A ideia de família também pode ser considerada a partir de um arranjo de pessoas concretas ao mesmo tempo em que pode ser algo abstrato. A construção da pessoa como um parente, desta forma, depende de características que estão para além daquelas do parentesco.

Esse vaivém de termos, abstrações e concretudes como símbolos que embaralham a ordem da natureza e a ordem da lei (cultura) é possível de se acompanhar porque Schneider retoma em diferentes partes do livro a sua linha de raciocínio, nos lembrando com frequência de que, conforme as regras, a pessoa é um parente se houver relação de sangue ou na lei, quando relacionado por material biogenético ou por casamento, respectivamente, e se for próximo ou distante. Além disso, no parentesco americano, a relação dessa ordem é decisão dos sujeitos, estejam ligados por sangue ou não, pois há fatores que interferem e constroem uma fronteira borrada, indefinida e que se modifica conforme as subjetividades. Os casos de campo apresentados por Schneider dão a dimensão da variedade de possibilidades, lógicas e considerações verbalizadas por seus informantes, como o do parente famoso, dos mortos, a ideia ambígua de “distância”, daqueles que sofreram algum declínio social. O autor chama a atenção para os fenômenos do parentesco americano que explicitam as muitas possibilidades de se pensar uma pessoa como um parente.

No quinto e último capítulo, Schneider retoma que, na cultura americana, parente tem dois significados: a partir de características distintivas que definem a pessoa como um parente (sangue, código e sangue e código); e o parente enquanto pessoa é pensado com base em elementos que estão para além das características distintivas situadas no sistema simbólico do parentesco. Mas parente como pessoa também tem significados diferentes, ainda que articu-

lados: é um construto concreto e se refere a um ser vivo; e é um construto normativo, com comportamento orientado. O que interessa para Schneider nesta etapa derradeira do livro é justamente o normativo. Para isso, ele recorre a termos derivativos que classificam *status* dos parentes de cônjuges – marido e mulher – e que complexificam as relações a partir do derivativo *in-law*, ou na lei. Trata-se de uma partícula que, em inglês, desencadeia uma variedade de relações de parentesco e estanca tantas outras.

As demarcações conferidas pelos termos de parentesco ao tio casado com a tia consanguínea, e que não recebe o derivativo *in-law* na relação com os sobrinhos por sangue desta (não é *uncle-in-law*, mas *uncle*, ou tio), dependerão das relações estabelecidas e de consentimentos mútuos com esses mesmos sobrinhos não consanguíneos, mesmo se a relação do casal se extinguir. O parente como uma pessoa, portanto, forja-se na combinação de vários elementos (SCHNEIDER, 2016, p. 118), incluindo geracionais, por gênero, assimétricos ou simétricos, formais ou informais, nas possíveis formas de tratamento. Em suma, além dos termos de parentesco e das categorias que promovem uma hierarquia entre parentes, Schneider afirma que nos deparamos, no sistema de parentesco americano, com escolhas nas relações que fazem da pessoa um parente.

O antropólogo americano nos fornece um belo exemplo de pesquisa na qual a linguagem dos informantes é levada à sério na tentativa de identificar os elementos que distinguem o parente como uma pessoa e definem a pessoa como um parente. Ao apresentar as contradições da cultura americana no que diz respeito à biologização e a ação social dos sujeitos para lidar com a tal natureza por meio de regras e códigos, Schneider registrou e problematizou práticas de conhecimento mais amplas no pensamento ocidental e estimulou uma abordagem simbólica da cultura, desafiando teorias antropológicas hegemônicas sobre o parentesco nos anos 1950 e 1960.

Parentesco americano foi incluído num corpo de trabalhos produzidos por intelectuais feministas e colegas acadêmicos dos dois lados do Atlântico ávidos por romper com abordagens centradas nas ligações biológicas – e que naturalizam a opressão sexista em relação às mulheres – e para explorar processos de formação de parentesco por meio de relações. Como tão bem observou Machado (2013, p. 8-9), esse trabalho se tornou uma ferramenta política no combate à ideia de que o papel da mulher no parentesco é moldado pela natureza e deu as bases para se considerar outros arranjos possíveis de família, incluindo-se as homoafetivas.

Em suma, seja para criticá-lo, seja para defendê-lo, o fato é que o primeiro livro publicado por David Schneider, um trabalho que tem acertos e erros e precisa ser devidamente contextualizado em sua produção de pensamento há meio século, é um potente aliado na construção da teoria antropológica e deve e pode ser visitado, lido e discutido. Agora, em português.

Referências bibliográficas

MACHADO, Igor José de Renó. *A Antropologia de Schneider: pequena introdução*. São Carlos: EdUFSCar, 2013. 119p.

SCHNEIDER, David M. *Parentesco Americano: uma exposição cultural*. Petrópolis: Vozes, 2016. 152p.

autora **Aline Lopes Rochedo**

É doutoranda e mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de em bacharela em Comunicação Social (Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Recebido em 06/02/2018

Aceito para publicação em 30/03/2018